



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - INCIS

JÚLIA GOMES BRAGANTE COMMIATO

**OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM UMA ANÁLISE REFERENCIADA EM
ANTONIO GRAMSCI**

UBERLÂNDIA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - INCIS

JÚLIA GOMES BRAGANTE COMMIATO

**OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM UMA ANÁLISE REFERENCIADA EM
ANTONIO GRAMSCI**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Instituto de Ciências Sociais
da Universidade Federal de Uberlândia
(UFU), como parte dos requisitos necessários
para a obtenção do título de bacharel e
licenciado em Ciências Sociais.

UBERLÂNDIA
2019

JÚLIA GOMES BRAGANTE COMMIATO

**OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM UMA ANÁLISE REFERENCIADA EM
ANTONIO GRAMSCI**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Instituto de Ciências Sociais
da Universidade Federal de Uberlândia
(UFU), como parte dos requisitos necessários
para a obtenção do título de bacharel e
licenciada em Ciências Sociais.

Uberlândia, 15 de Julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr. Edilson José Graciolli
Universidade Federal de Uberlândia

Prof.Dr. Moacir de Freitas Júnior
Universidade Federal de Uberlândia

Prof.Ms. Alecilda Aparecida Alves Oliveira
FAC Mais Ituiutaba

RESUMO

O trabalho tem o intuito de explicitar a maneira com que, cada vez mais, os meios de comunicação, isto é, a mídia, colaboram ativamente na construção de um imaginário social, de um senso comum, de uma direção moral, intelectual e política (hegemonia, ao menos em potencial). Para tanto, foi utilizada como principal referencial a teoria de Antonio Gramsci e conceitos chave por ele elaborados como: Hegemonia, Sociedade Civil, Sociedade Política e Filosofia da Práxis, aplicando-os em uma análise contemporânea sobre a conjuntura política do Brasil e a influência que os meios de comunicação, desde os escritos impressos, mas com foco principalmente na televisão e na internet, exercem nesse meio, caracterizando-os como importantes Aparelhos "Privados" de Hegemonia.

Palavras-chaves: hegemonia, meios de comunicação, mídia, Gramsci.

ABSTRACT

This paper aims to explain the way in which, increasingly, means of Communication, that is, the media, collaborates actively in the construction of a social imaginary, of a common sense, a moral, intellectual and political direction (potential hegemony, at least). In order to do so, it was used, as the main reference the theory of Antonio Gramsci and key concepts he elaborated as: Hegemony, Civil Society, Political Society and Philosophy of Praxis, applying them in a contemporary analysis on the Brazilian political conjuncture and the influence that the media, since the written writings, but focusing mainly on television and the internet, exercise in this environment, characterizing them as important "Private" Hegemonic Apparatus.

Keywords: hegemony, means of communication, media, Gramsci.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comparação entre a teoria de Estado de Marx e Gramsci _____	16
Figura 2 - Tirinha Mafalda _____	21
Figura 3 - Liberal na economia, conservador nos costumes _____	30
Figura 4 - Pesquisa Brasileira de Mídia _____	40
Figura 5 - Pesquisa de confiança nas instituições _____	42

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. Os Aparelhos "Privados" de Hegemonia segundo Gramsci	9
3. Os meios de comunicação como Aparelhos "Privados" de Hegemonia	32
4. Considerações finais	48
5. Referências bibliográficas	49

Introdução

O presente trabalho foi escrito devido ao anseio de se compreender melhor a relação entre os meios de comunicação social e a construção do imaginário social brasileiro, a partir inicialmente de questionamentos, como: “Quem escolhe quais os temas que serão abordados nos jornais?”, “Assim como um corte de cabelo que aparece em uma telenovela, as opiniões emitidas na televisão também se tornam populares?”, “Quem são os donos dos meios de comunicação e a quais são os seus interesses?”. Questionamentos esses que, analisados com base na teoria do pensador italiano Antonio Gramsci, trazem esclarecimentos sobre a relação entre a mídia e a constituição do senso comum e dos consensos em uma sociedade.

Apesar de a teoria gramsciana representar uma superação dialética daquela proposta por Marx e Engels, assim como de outras, elaboradas por demais autores marxistas, de modo que ela se caracteriza conforme às formas de ser do capitalismo vigente à época de Gramsci e que, a meu ver, se intensificam em nosso tempo, é preciso compreender que o próprio movimento histórico e os princípios inerentes à metodologia aplicada no materialismo histórico dialético fazem com que haja a necessidade de uma constante atualização das teses desse autor. Sendo assim, o presente trabalho busca atender a duas principais tarefas básicas que servem a este propósito, definidas por Carlos Nelson Coutinho no capítulo 3 de seu livro “**Gramsci - Um estudo sobre o seu pensamento político**”, sendo estas:

“1 - *concretizar* suas formulações teóricas ‘aplicando-as’ à própria época histórica e à própria realidade nacional.
2- continuar o desenvolvimento *teórico* dos conceitos de Estado e de revolução socialista, enriquecendo as colocações gramscianas com as novas determinações trazidas pela evolução da realidade ocorrida depois da sua morte.” (COUTINHO, 2014, p.186)

Com este intuito, o trabalho, escrito em formato de monografia, retoma, dentre outros, os conceitos de Estado Ampliado, figurado na unidade entre Sociedade Civil e Sociedade Política, de Filosofia da Práxis, de Hegemonia e de Guerra de Posição, na intenção de evidenciar de que maneira os meios de comunicação, representados pela televisão, o rádio, revistas, cinema, teatro e mais, podem e devem ser

caracterizados como poderosos Aparelhos “Privados” de Hegemonia. Tais temáticas são trabalhadas em dois tópicos, de forma que o primeiro aborda a teoria de Gramsci de uma forma mais abrangente, a partir de conceitos fundamentais, visando contextualizar as formulações do autor para que o leitor esteja apto a compreender o que será apresentado no segundo tópico, que trata mais especificamente sobre a caracterização dos meios de comunicação social como Aparelhos “Privados” de Hegemonia.

Os Aparelhos “Privados” de Hegemonia segundo Gramsci

Antonio Gramsci (1891-1937) foi um importante filósofo italiano do século XX. O autor, que engloba influências diversas em suas formulações, com ênfase fundamentalmente marxista, exerceu em sua época, bem como exerce ainda hoje dentro de ressalvas históricas e contextuais, um papel de protagonismo em diversas áreas, como na política, no jornalismo e na filosofia, contribuindo na construção de um atualizado pensamento e prática revolucionários. A sua participação no Partido Comunista Italiano (PCI) como membro fundador é um de seus feitos mais conhecidos, mas ele também atuou em cargos políticos, como quando foi deputado pelo PCI, idealizou e manteve jornais de esquerda, além de ter colaborado cotidianamente para a construção de um conhecimento, de teorias e ideais concisos, que pudessem guiar a classe trabalhadora a uma possível revolução, libertando-os das amarras sociais que a divisão de classes existente no capitalismo sustenta.

Sua contribuição teórica é de grande relevância para o marxismo de modo geral, visto que ele foi responsável por uma superação dialética dos fundamentos dessa corrente de pensamento que existiam até o momento em que começou seus estudos. Assim, os ideais marxistas, bem como os socialistas de modo mais abrangente, alcançaram um nível mais elevado de elaboração e articulação em Gramsci. Isso porque ele teve a habilidade de conservar as características positivas da teoria que havia sido construída por demais intelectuais até então, aprimorando-a e elevando as reflexões a um nível superior, mesmo porque ele pôde vivenciar

mudanças no modo de produção capitalista que outros intelectuais de renome não puderam acompanhar, devido ao seus respectivos períodos em vida.

Seu pensamento político possui uma interlocução, que se baseia em uma relação de renovação e conservação, portanto dialética, com a filosofia política moderna se considerarmos os autores Rousseau e Hegel, sendo este último um dos partidários da corrente de pensamento Idealista, do qual Gramsci herdou sua confiança na vontade e na ação como elementos de transformação do real. E, para além disso, o filósofo em questão foi instigado por Karl Marx, como dito anteriormente, e por Lênin, seu contemporâneo, o que o levou à construção de uma “ontologia materialista da práxis política” (COUTINHO, 2014, p.2), que, segundo Carlos Nelson Coutinho - um filósofo político brasileiro que dedicou-se ao estudo da teoria política de Gramsci, publicando, dentre outros, o livro **“Gramsci - Um Estudo Sobre o Seu Pensamento Político”**, que é referência para o presente trabalho - é a contribuição essencial de Gramsci para a renovação do marxismo e da filosofia política, o que será desenvolvido neste capítulo.

Isso visto que essa sua ontologia, baseada em um materialismo histórico dialético, portanto não determinista, não teleológica, vinha na contramão do que era apresentado teórica e praticamente no contexto da luta socialista, principalmente dentro do Partido Socialista Italiano (PSI), que era uma importante entidade representativa dessa luta, se considerado o contexto histórico e político que Gramsci conheceu, e que se encontrava dividida entre duas principais correntes: a reformista e a maximalista, ambas fatalistas no sentido em que baseavam-se em uma interpretação economicista do marxismo e seu plano de ação política consistia basicamente em contentar-se com reformas, que atendiam apenas às necessidades de uma parcela da classe trabalhadora, na espera por um colapso natural do capitalismo. Desse modo, quando Antonio Gramsci propõe uma atuação política baseada nas condições impostas pelo real, ou seja, impostas pelo contexto vivido e que tem como princípio fundamental a modificação dessas condições, superando a passividade existente, ele modifica toda uma estrutura de pensamento e de atividade política.

Logo, na decorrência dessa modificação da teoria e prática socialista empreendida pelo estudioso da sociedade capitalista, um conceito de grande relevância é o de “filosofia da práxis”, que permeia basicamente toda a construção teórica por ele feita e que significa, em síntese, a prática política realizada com base

em uma filosofia, ou melhor, uma relação entre a consciência teórica e o agir, isto é, a elaboração de uma visão de mundo ou ideologia bem definida, que represente o conjunto de todas as filosofias individuais e de tendência (**GRAMSCI, 1999, p.128**) e que possa, assim, orientar a prática política.

Portanto, pode-se perceber que o autor considera de extrema importância a questão cultural, ou melhor, o trabalho de base, incentivando a construção de um pensamento único e consistente que possa embasar a atuação política. Pois para ele, o socialismo, como uma nova ordem econômica, só se tornaria possível se fosse construída também, uma nova ordem cultural, que serviria como sustentáculo àquela outra, já que de acordo com ele, qualquer movimento histórico, bem como, conseqüentemente, qualquer movimento de grupos sociais, por mais espontâneos que pareçam, possuem elementos de direção consciente.

Talvez por isso, e não por acaso, Antonio Gramsci tenha acompanhado jornais durante boa parte de sua vida, além de ter fundado, em Abril de 1919, o chamado L'Ordine Nuovo, jornal socialista no qual, dentre outras questões, ressalta a importância da preparação ideológica para o êxito da Revolução Socialista. Isso porque, de acordo com sua teoria, para a conquista do poder de maneira geral, a classe proletária teria de se tornar não apenas dominante, mas também dirigente, o que significa que a apropriação dos meios de produção material não seria o suficiente, pois se faz necessária a conquista da direção ideológica para a sedimentação de uma revolução proletária, de modo que a principal crítica do autor à empreendimentos de revolução socialista que houveram em períodos anteriores e que fracassaram, era a de que não houve antes uma preparação do “terreno ideológico” e, por consequência, a nova economia não pôde sustentar-se, já que não havia um consenso, uma base ideológica, que pudesse ratificá-la. E é justamente a partir dessa questão do consenso que surge um conceito crucial para o desenvolvimento do presente trabalho: Hegemonia, o qual será melhor definido adiante, ao longo de todo o texto.

O debate público era um dos pilares mais valorizados pelo revolucionário italiano, sabedor que era da relevância da cena política, algo para o qual não apenas Marx (pense-se, por exemplo, em **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte**), mas também Maquiavel chamara a atenção.

Isto posto, é possível entrar no mérito da classificação meramente didática da teoria deste pensador entre “jovem Gramsci” e “Gramsci da maturidade”¹, sendo que essas características supracitadas - de recusa ao fatalismo e crença na ação humana como motor da história - surgem em uma primeira fase de sua teoria, apesar de que não deixaram de acompanhá-lo durante o desenvolvimento integral da mesma e por isso mesmo a divisão do seu pensamento em duas etapas deve ser considerada um recurso didático para entendê-lo melhor. Mas ainda assim é interessante compreender que essa primeira etapa de construção da teoria gramsciana, a da juventude, é assim denominada pelo fato de que é apenas uma parcela para o que viria posteriormente, que por sua vez é mais aprofundado e lapidado, mesmo porque é o resultado do desenvolvimento dos estudos e do intelecto do autor, notadamente a partir do seu contato com os conselhos de fábrica, já em Turim, contexto que lhe permitiu formular um dos grandes pilares de sua teoria, o de que “a hegemonia começa na fábrica” (**GRAMSCI, 2007b, p.247**), fábrica aqui como sinônimo e síntese de local de trabalho, e no lugar que o “novo príncipe”, o partido político revolucionário, ocupa na construção de uma nova civilização, de um Estado e de uma nova Sociedade Civil.

Levando isso em consideração, algumas das características que marcam a sua transição da juventude para a maturidade intelectual, que ocorreu no período de 1921 a 1926, residem no fato de que ele percebe a necessidade, bem como a importância de mediações políticas e de conquistas parciais ao longo da trajetória até a efetivação do Estado proletário. Isso porque, até então, ele estava focado no interior da fábrica e apesar de já apresentar indícios do seu interesse pela questão cultural, como comentado, não tinha ainda tomado consciência sobre a importância de órgãos de produção e reprodução do modo de produção capitalista que não se encontravam na fábrica, onde a principal ou a mais notável produção e reprodução presente é a econômica, apesar de não ser a única. (**COUTINHO, 2014, p.33**)

Foi, portanto, a partir dessa mudança de foco e fundamentado em uma análise histórica, se utilizando de bases do pensamento político de Lênin, que ele percebeu diferenças fundamentais entre as variadas formações econômico-sociais,

¹ É relevante destacar que existem ressalvas quanto à esta classificação da teoria do autor, entre juventude e maturidade. No entanto, ela é utilizada neste texto, bem como na obra de Carlos Nelson Coutinho “*Gramsci - Um estudo sobre seu pensamento político*” (2014), como um recurso didático para simbolizar e ilustrar o desenvolvimento teórico de Gramsci, de modo que o momento da teoria que é caracterizado como maturidade simboliza o enriquecimento da mesma, cujo qual ocorreu principalmente mediante o contato de Gramsci com os Conselhos de Fábrica, em Turim.

as quais classificou como “Orientais” e “Ocidentais”, sendo que essa nomenclatura não faz referência ao posicionamento geográfico dessas sociedades, mas sim à morfologia das sociedades, ao nível de desenvolvimento capitalista em que se encontra cada uma delas, sendo que as últimas representam sociedades de capitalismo mais desenvolvido, nas quais, com a evolução e a mecanização da produção econômica, há um maior empenho na dominação ideológica/cultural. Isto é, nas sociedades Orientais a sociedade civil é relativamente menos importante na direção moral, intelectual e política do que nas Ocidentais .

Assim sendo, analisando o caso da Itália, seu país de origem, e percebendo uma complexificação da estrutura econômica e social capitalista, podendo ser a sociedade italiana definida como Ocidental, Gramsci percebeu que seria necessário adotar uma estratégia revolucionária diferente do que aquela que havia sido adotada na Rússia, por exemplo, já que Gramsci atribui grande importância às questões da superestrutura, isto é, às dimensões consensuais presentes nas diversas transições pelas quais cada sociedade passa ao longo de seu desenvolvimento.

Isso porque percebe que a complexificação das estruturas capitalistas faz com que haja a necessidade intrínseca de uma ação política por parte do proletariado (operários e camponeses) que seja igualmente mais complexa, visto que é necessário que essa classe tome conhecimento e se aproprie dos novos órgãos que surgem frente à essa “modernização”, para então poder colocar em prática uma estratégia de revolução de longo alcance e durabilidade, a qual convencionou-se chamar, de acordo com a teoria gramsciana, de “Guerra de Posição”, que consiste basicamente em um método para a conquista da hegemonia e do poder nas sociedades ocidentais. Hegemonia esta que, por sua vez, constitui-se na direção moral, intelectual e política de uma sociedade.

Dessa forma, pode-se afirmar que Gramsci percebe que o capitalismo, ao longo de seu desenvolvimento, precisa elaborar formas sofisticadas para a reprodução de sua ordem, pois não basta que haja a separação das classes entre aqueles que possuem os meios de produção, sendo estes a burguesia e, do outro lado, os produtores, na figura do proletariado. Por isso, o capitalismo contemporâneo ao autor amplia as modalidades imprescindíveis à reprodução da ordem do capital. No capitalismo Ocidental, presente também em países como América, França e Inglaterra, passam a existir “trincheiras” que protegem o território das relações, interesses, materialidade, economia e política da burguesia, que se configura como

a classe dominante dentro do modo de produção capitalista. Assim, percebe-se que apesar de ter superado o economicismo presente nas interpretações da teoria marxistas, Gramsci não se tornou um politicista, pois não deixa de considerar a esfera econômica, mas amplia sua visão em direção à esfera política-social.

Penso que cabe fazer uma referência importante a Marx, dado que este não negligenciou o papel da cultura no desenvolvimento do capitalismo. No capítulo XXIV do Livro I de **O Capital**, em que demonstrou os processos históricos que deram origem à acumulação primitiva de capital (cercamento das terras comuns, expropriação dos camponeses, proletarianização dos artesãos urbanos, escravidão moderna, exploração colonial e pirataria), Marx diz, após analisar tais processos com amplo domínio da empiria, que:

"Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital, e, do outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes." (MARX, 1985, p. 854)

Nesse seguimento, em busca de aprimorar sua análise e consolidando a sua passagem para a maturidade intelectual, influenciado por sua vontade de produzir uma teoria que tivesse um caráter mais universal do que circunstancial, Gramsci desenvolve e sistematiza a sua concepção sobre o Estado, que frente à teoria clássica de Marx existente até o período em que desenvolveu esse conceito, pode ser considerada como uma "concepção ampliada de Estado", comprovando a sua superação teórica dialética no campo da política.

Sobre isso, é importante salientar que tanto para Marx, quanto para Gramsci, o Estado é a consequência primeira e tem sua razão de existência determinada pela divisão da sociedade capitalista em classes, sendo que a sua função primordial consiste em garantir que os interesses de determinada classe sobreponham-se aos demais e, por isso, é comum falar-se sobre um Estado Burguês no capitalismo (assim como um escravista no escravismo e um feudal no feudalismo), já que no contexto de uma sociedade capitalista, é aos interesses da classe burguesa a que ele serve em última instância. Assim sendo, a diferença básica existente entre a teoria de Estado de Marx e a de Gramsci, consiste sinteticamente na divisão entre

“(Infra)Estrutura” e “Superestrutura”, cuja qual está presente em ambas teorias, mas de maneiras diferentes.

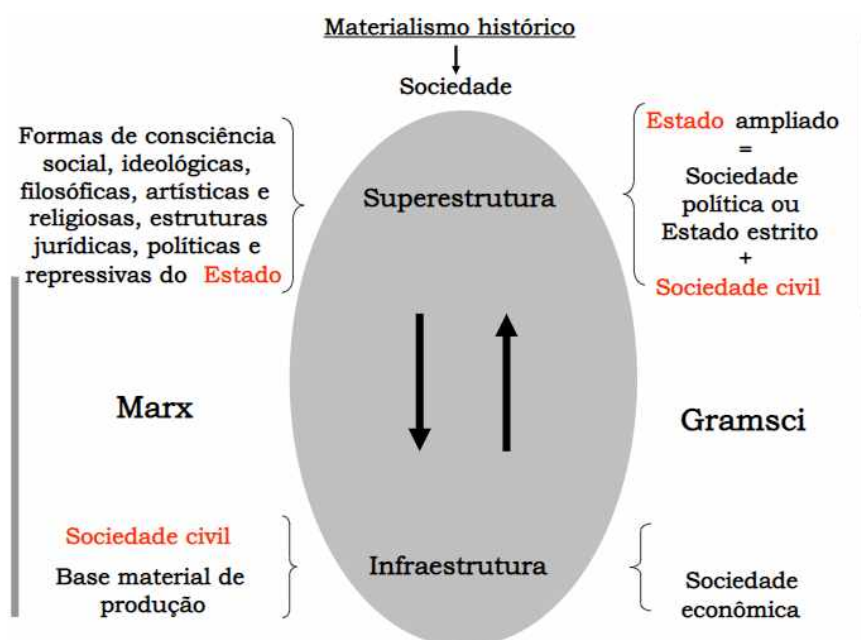
Quer dizer, Marx e Engels, até mesmo por não terem tido oportunidade para desenvolver mais a sua teoria política e também por terem vivido uma fase do capitalismo diferente daquela que Gramsci vivenciou, ao dividir a sociedade capitalista em Infra e Superestrutura, consideraram que essa última, que por sua vez representa o campo da ideologia e da estrutura jurídica, fosse construída a partir das relações econômicas existentes no âmbito da Infraestrutura, onde se localiza a Sociedade Civil, composta pelas duas classes fundamentais (não as únicas, por suposto e em conformidade com o que, por exemplo, se lê no **Manifesto Comunista**) do sistema capitalista: proletariado e burguesia. Sendo assim, as relações sociais capitalistas teriam sua reprodução garantida por meio do aparelho repressivo de Estado, cujo qual possui a legitimidade do uso da força, atuando por meio da coerção, e localiza-se no terreno da superestrutura, como é o caso do sistema judicial, por exemplo.

Já Gramsci, inova ao situar a chamada Sociedade Civil no âmbito da Superestrutura e ao estabelecer uma relação de interdependência entre a esfera estrutural e a superestrutural, na qual a produção e a reprodução das relações sociais e econômicas do capitalismo dependeria tanto da base econômica, como também da organização material da cultura, que segundo ele, seria realizada no âmbito da Sociedade Civil que, por sua vez, compõe, juntamente com a chamada Sociedade Política ou Estado em sentido estrito, a teoria ampliada do Estado em Gramsci. Assim, fundamentalmente, a Estrutura e a Superestrutura em Gramsci correspondem, respectivamente à esfera da Economia e da Ideologia, sendo que ao Estado ampliado compete o papel de adequar a sociedade civil à estrutura econômica, desde que ele seja dirigido pelos responsáveis pela modificação ocorrida nessa estrutura, sendo estes a burguesia, no caso do capitalismo moderno. A sociedade civil, no capitalismo à época de Gramsci, não se resumia ao âmbito dos negócios, dos antagonismos entre capital e trabalho, aos interesses de classe, mas desempenhava também funções de direção moral, intelectual e política, ou seja, funções de ordem superestrutural. A organização da dominação de classes (tese central marxista, não só em Marx, mas em todo o campo de autores e obras referenciadas em Marx, acerca do Estado, da sociedade política) é percebida por

Gramsci como algo que se estabelece na e pela sociedade civil, junto com o Estado (sociedade política, ou, a partir de Gramsci, Estado em sentido estrito).

A imagem que se segue estabelece uma comparação entre as duas concepções sobre a composição da sociedade capitalista, elucidando quais as principais diferenças existentes entre elas:

Figura 1 - Comparação entre a teoria de Estado de Marx e Gramsci



Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/87102/> . Acesso em Junho de 2019.

Deste modo, é importante perceber que essa inovação na estruturação social capitalista é resultado da interpretação de Gramsci sobre a política de modo geral, como também de sua vontade de desenvolver uma teoria política que pudesse ter um caráter universal, como já comentado no presente texto. A partir disso, o autor realiza uma divisão didática da Política, assim como divide o Estado, em ampla e estrita, sendo que a Política em sentido estrito representa a forma em que ela se

apresenta no capitalismo de maneira específica, a qual, por sua vez, pode deixar de existir a partir do momento em que os indivíduos presentes nessa sociedade tomem consciência do seu papel fundamental no devir histórico e na mudança da realidade, o que para Gramsci simboliza um “momento catártico”, pois levaria ao abandono da mera reprodução e à realização da ação por meio da filosofia da práxis, em que a interpretação de mundo rege a ação e esta ação gera conhecimento sobre o mundo, ao modificá-lo.

Este conceito, portanto, considera que todos os indivíduos são seres políticos e, assim sendo, toda prática carrega em si uma possibilidade de mudança, já que Gramsci entende que é por meio do abandono da mera reprodução, ou seja, da tomada de consciência política e da utilização da mesma na execução de ações, até mesmo as mais simples e cotidianas, que a estrutura econômica será superada pela atuação e consciência do indivíduo. Assim, uma classe pode passar de uma mera produção e reprodução de padrões, para uma possibilidade de emancipação. Deste modo, torna-se possível perceber que Gramsci não nega o fato de que as questões superestruturais sejam fortemente influenciadas pelas questões econômicas, mas ele desenvolve a ideia de que existe um caminho pelo qual tais questões tornam-se cada vez menos determinantes sobre a política, até o momento em que a relação se inverte e a economia passe a ser orientada teleologicamente.

Por conseguinte, entende-se que Antonio Gramsci define, com sua teoria ampliada do Estado, que o terreno decisivo da política não é o Estado em sentido estrito, mas sim a Sociedade Civil. Melhor dizendo, toda sociedade capitalista avançada, ou seja, Ocidental, plasmada em termos democráticos, pavimenta a dominação de classe não só com base na força e nas desigualdades socioeconômicas em termos de propriedade dos meios de produção social. Há algo para além disso, que é exatamente o processo de construção de uma direção moral, intelectual e política, ou seja, Hegemonia, a qual, devido ao seu caráter dialético, pode servir tanto à esse propósito, quanto à propósitos revolucionários, como é possível perceber por meio da questão da “Guerra de Posição” proposta pelo autor, que caracteriza-se por ser uma estratégia revolucionária pautada na conquista do consenso.

Tendo isso em vista, o autor critica a participação passiva em um organismo social. Situação na qual os indivíduos encontram-se alheios a este organismo, como se ele fosse uma entidade que atua sozinha, independentemente da ação e

colaboração efetiva daqueles que a compõem, gerando inclusive críticas ao organismo por parte daqueles que fazem parte dele, enquanto na realidade estes organismos existem apenas como uma representação da ação dos que o constituem.

Ou seja, a partir do crescimento da participação política, resultante da socialização dos meios de produção, sendo este o momento em que surgem as diversas instituições materiais que dizem respeito à hegemonia, torna-se necessária uma mudança na estratégia do proletariado para uma que seja baseada na conquista gradual de posições. Deste modo, a “(...) conquista da hegemonia, a transformação da classe dominada em classe dirigente antes da tomada do poder, é o elemento central da estratégia gramsciana de transição ao socialismo” **(COUTINHO, 2014, p.155)**, já que a estratégia de uma investida revolucionária em meio a uma grande crise do Capital deixa de fazer sentido, a partir do momento em que existem as “trincheiras” que protegem o sistema das irrupções do elemento meramente econômico.

Assim, a Hegemonia seria a forma pela qual a dominação de classe se organiza na Sociedade Civil, apesar de que é importante ressaltar que mesmo sendo uma esfera que se caracteriza por ser baseada no consenso, a Sociedade Civil exerce uma pressão coletiva ao construir a visão e o posicionamento frente ao mundo pretendidos; enquanto a coerção seria a forma pela qual a dominação de classe se organiza na Sociedade Política. E, assim como qualquer outra formulação teórica, em uma análise materialista histórica e dialética, esses conceitos possuem seus correspondentes materiais que, no caso da coerção, seria o aparelho repressivo de Estado, já descrito, e no caso da hegemonia seriam os Aparelhos “Privados” de Hegemonia, que se chamam privados não por serem propriedade privada, mas porque são de adesão voluntária e não fazem parte da Sociedade Política *stricto sensu* e “Privados”, entre aspas, porque possuem um importante papel na constituição da esfera pública da sociedade, ou seja, a Sociedade Civil é a portadora material da figura social da Hegemonia.

Deste modo, o Estado capitalista moderno ou Ocidental, caracteriza-se por um equilíbrio, uma relação de complementaridade entre Sociedade Civil e Sociedade Política, entre hegemonia e ditadura, consenso e coerção, esferas que atuam no sentido de manter uma base econômica de acordo com o interesse de uma classe dominante, mas diferenciando-se na maneira pela qual realizam essa tarefa.

Enquanto o aparelho repressivo de Estado atua na adequação da população ao modo de produção e na contenção de grupos e ideias adversárias às da classe dominante por meio do monopólio do uso legítimo da violência, os aparelhos “privados” de hegemonia são responsáveis pela elaboração e propagação de uma ideologia, ou mais de uma, que garanta que os interesses de uma classe em particular se sobressaiam frente aos demais, já que nessas sociedades ocidentais, a esfera ideológica ganha maior autonomia devido à socialização política, que gera a necessidade do consenso como base para a dominação.

É preciso fazer com que os indivíduos vejam como necessário para se alcançar um objetivo - podendo este ser uma boa vivência e convivência em um contexto político e econômico específico - algo que anteriormente enxergavam como uma imposição, uma obrigatoriedade, alheia a si. É preciso fazê-los internalizar tal obrigatoriedade.

É interessante perceber, nesse sentido, que é na ideia da autonomia das instâncias da Superestrutura frente ao Estado e da absorção da coercitividade do mesmo pelos setores consensuais da Sociedade Civil que reside a noção de Gramsci sobre a superação da sociedade capitalista. Isto pois, para ele, a hegemonia se desenvolve até que possa tornar a ação estatal espontânea, de forma que ela se constituirá na iniciativa dos indivíduos e dos grupos. Um autogoverno dos produtores expresso através de organismos da Sociedade Civil.

Avante, é importante uma breve reflexão sobre o papel da ideologia, de acordo com o filósofo italiano que esse trabalho contempla. Então, apesar de ser criada a partir da ação humana sobre a realidade, constituindo-se em um conhecimento de mundo, a ideologia não pode se limitar à esse aspecto, visto que a partir dessa forma de conhecer subjetiva, marcada pelo personalismo, não existiria a possibilidade de se realizar uma ação assertiva, com bases filosóficas e ideológicas bem definidas, que fosse capaz de modificar a realidade de maneira permanente, pois nesse caso o homem ativo de massa não possui uma clara consciência teórica sobre suas ações, sendo que a ação e a consciência podem entrar em contradição, já que se o conjunto das relações sociais é contraditório e está em constante desenvolvimento, assim é também a consciência do indivíduo.

Para além disso, o autor problematiza a questão da própria ciência, considerando que ela, por ser um conhecimento subjetivo do mundo, influenciado pelas paixões e aspirações pessoais daquele que conhece, seja também uma

ideologia. Opinião esta que é rebatida por Coutinho, que afirma que apesar de a ciência e ideologia se confundirem casualmente, “dizer que a ciência é uma ‘relação humana’ e reduzir o tipo de conhecimento que nela tem lugar à ideologia é, certamente, um limite da reflexão filosófica de Gramsci” **(COUTINHO, 2014, p.11)**.

Entretanto, apesar de Gramsci não acreditar na existência de um conhecimento da realidade que seja objetivo no sentido de neutro em face das classes, ele não deixa de valorizar a filosofia da práxis. Ele enxerga nesta interpretação de mundo a capacidade de mudança e a de realização do “momento catártico”.

Sendo assim, nesse contexto em que os indivíduos sociais possuem uma consciência abstrata sobre suas ações, os Aparelhos “Privados” de Hegemonia, sendo eles, por exemplo, a Igreja, os partidos, o sistema escolar, a família e os meios de comunicação social, atuam no intuito de sistematizar e multiplicar uma determinada ideologia, na tentativa de cooptar aqueles que se encontram em um nível elevado de contradição e acabam por não definir para si uma concepção política e ética, uma interpretação do real, e, por isso, encontram-se vulneráveis e influenciáveis, além de apresentarem uma passividade moral e política. Fato esse que é ironizado na seguinte tirinha de Mafalda, uma personagem do cartunista argentino Quino:

Figura 2 - Tirinha Mafalda



Disponível em: <http://kdimagens.com/imagem/o-que-eles-pensam-que-nos-somos-1408>.
Acesso em Junho de 2019.

Gramsci escreve sobre este tema no Volume 1 dos **Cadernos do Cárcere**:

“Um grupo social, que tem sua própria concepção de mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional (isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico), toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção de mundo que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos.” (GRAMSCI, 1999, p. 97)

Além de cooptar aqueles que se encontram sem uma orientação ideológica bem definida, os Aparelhos “Privados” de Hegemonia atuam também na

manutenção da ideologia que propagam, evitando, sempre que possível, ideologias distintas. Neste sentido, a compreensão de si mesmo perpassa uma luta de “hegemonias” políticas contrastantes, o que demonstra que o campo da hegemonia não é estável, mas uma constante contradição entre diferentes interpretações de mundo. Além de evidenciar que a coesão entre a teoria e a política, necessária diante do conceito de filosofia da práxis desenvolvido na obra de Gramsci, não é automática, mas historicamente construída e mesmo após uma ideologia tornar-se consistente e servir como orientação para a prática de um determinado grupo social, ela deve ser constantemente questionada e revisada, tendo em vista o caráter necessariamente dialético de mesma, isto é, de constante renovação.

A partir disso, então, é possível passar para o tema “Partido” na teoria de Gramsci, sendo que uma opinião presente no livro de Carlos Nelson Coutinho, no capítulo 7, “O partido como ‘intelectual coletivo’”, pode colaborar na compreensão desse conceito, pois ele considera que o agente da vontade coletiva transformadora, nas sociedades modernas, cabe a um organismo social, cujo qual já foi dado pelo desenvolvimento histórico (materialismo), sendo ele o partido político. Ou seja, um dos elementos mais característicos da rede de organizações que forma a moderna sociedade civil. **(COUTINHO, 2014, p.165)**

A definição de “Partido” em Gramsci é semelhante ao que já havia sido trabalhado sobre este tema em Lenin, sendo que o principal aspecto a se destacar, inicialmente, diz respeito à função do partido político, sob uma perspectiva socialista, que seria a de fornecer meios para que os operários possam superar o senso comum - que consiste em uma crítica rasa ou automática sobre o modo de produção, incoerente à posição social e cultural daqueles que se torna a filosofia - de forma que eles deixem de focar em questões superficiais, como a salarial, e passem a focar em todo o conjunto das relações sociais de produção do capitalismo. Ainda, é indispensável esclarecer que no contexto de qualquer Estado, o Partido Político exerce a função hegemônica, ou seja, a de equilibrar os interesses divergentes ao predominante.

Deste modo, é possível perceber que a noção de partido na teoria gramsciana é também ampliada, como a de Estado, no sentido em que ela alarga a dimensão da definição sobre o que seriam os partidos e quais seriam as suas representações materiais, ao definir a sua função. Isto é, por meio do ponto de vista de Gramsci, todos os Aparelhos “Privados” de Hegemonia podem assumir a função de Partido,

desde que exerçam a mesma função social: a de organizar a consciência dos grupos e indivíduos em nível cultural, o que pode resultar tanto em uma clara consciência de classe, como em uma alienação do indivíduo frente à classe social da qual é integrante, o que fica claro no seguinte trecho:

“ Os partidos são apenas a nomenclatura das classes, mas não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, porque reagem energeticamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universaliza-las.” (**GRAMSCI, 2007a, p. 201**)

Ou seja, apesar de um partido ser a expressão de um grupo social e consequentemente dos interesses desse grupo, ele trabalha na tentativa de equilibrar os seus interesses específicos com os interesses dos demais grupos, em busca do consenso. Eles, os partidos, devem demonstrar que possuem uma disciplina interna que corresponde à regulamentação da vida social construída no âmbito do Estado Ampliado, o que é um importante critério de avaliação da sua capacidade de exercer a função hegemônica.

Ainda sobre essa tarefa elementar dos partidos políticos é interessante a proposição que Antonio Gramsci faz sobre a divisão da consciência dos grupos sociais em três principais momentos, sendo dois destes os “principais” e um deles de transição. O autor faz essa sistematização, presente no Volume 3 dos **Cadernos do Cárcere** - produção realizada pelo autor durante seu período carcerário, entre 1926 e 1937 -, bem como em outras obras por ele escritas, para exemplificar de maneira didática o processo de desenvolvimento do que ele denomina como “consciência operosa da necessidade histórica”. (**COUTINHO, 2014, p.244**)

O primeiro momento, considerado elementar, é denominado como “Econômico-Corporativo”, no qual há, nos indivíduos, uma noção de homogeneidade, mas que se restringe ao grupo profissional em si, ou seja, médicos solidarizam-se com as causas e interesses dos médicos e têm a intenção de organizar tais interesses politicamente. Entretanto, na interpretação de Gramsci, esse tipo de solidariedade não é suficiente, pois não permite que haja a unidade do grupo social mais amplo, do proletariado, que é necessária para a modificação da realidade social.

Já no segundo momento, de transição, o qual não possui um nome específico, atinge-se a solidariedade do grupo social como um todo, mas ela ainda é

limitada, pois são considerados principalmente aspectos econômicos e questões mais corriqueiras, por exemplo, busca-se uma igualdade política e jurídica com relação ao grupo dominante. Nesse sentido, o momento ideal a ser alcançado seria o terceiro, chamado de “Ético-Político”, sendo que é nele em que os interesses corporativos de classe são superados, pois se percebe que há a necessidade de extrapolar os limites da classe social a que se pertence e de sua posição na produção econômica, universalizando os interesses e intenções, em busca da Hegemonia - que, em uma situação ideal, se caracteriza justamente pela superação dos interesses privados em prol da vontade geral -, a partir da qual é possível realizar a transformação histórica, política e social, isto é:

“Todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo ‘homem coletivo’, isto é, pressupõe a conquista de uma unidade cultural-social (hegemonia) pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base em uma idêntica e comum concepção de mundo.” (GRAMSCI, 1999, p. 399)

E é justamente nesse momento da reflexão gramsciana que se apresenta a influência dos autores da filosofia política moderna, como foi dito no início do texto, sendo estes: Montesquieu, Rousseau e Hegel, até mesmo de Aristóteles, que não faz parte da política moderna, mas não deixa de exercer sua influência. Isso dado que nas obras dos autores citados encontra-se uma valorização da vontade geral sobre o interesse privado, já que é nessa característica da valorização do público frente ao privado que se encontra a legitimidade de um governo e de uma sociedade.

Ademais, como visto, essa busca pela Hegemonia, analisada de acordo com os interesses do Proletariado, consiste na construção e difusão de uma nova cultura, que seja acessível, democrática e que crie as condições favoráveis para o fim da divisão entre governantes e governados. Isso porque acaba com o monopólio cultural e intelectual utilizado para justificar a apropriação dos mecanismos de poder. Destarte, “o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia no curso de uma difícil e prolongada guerra de posições”. (COUTINHO, 2014, p.218)

Assim, a primeira vista, a abordagem de Gramsci sobre a “vontade coletiva” pode parecer idealista e no princípio realmente foi. Contudo, em sua maturidade

intelectual, que é representada principalmente pelos **Cadernos do Cárcere**, há uma superação dialética dessa interpretação, pois a questão da vontade adquire um caráter mais ponderado, ou seja, não se constitui de forma arbitrária e egoísta, baseada nos interesses dos indivíduos sociais, mas se caracteriza por ser racional e baseada em necessidades históricas objetivas, constituindo-se como a própria história universal quando efetivada. Portanto, apesar de ser historicamente determinada, a vontade, principalmente a coletiva, não deixa de ser uma criação singular e circunstancial.

Há, portanto, um movimento dialético em que a vontade singular dos indivíduos, através da vontade particular das corporações, é "conservada, eliminada e elevada a nível superior na vontade geral da coletividade estatal" **(COUTINHO, 2014, p. 240)**. Isso porque o indivíduo reconhece que a satisfação do seu interesse individual passa pela articulação dele com os interesses particulares, das corporações, e universais, do Estado.

Isso significa que o conceito de Hegemonia em Gramsci diz respeito à "contratos" realizados no nível da sociedade civil, que por sua vez resultam em sujeitos coletivos, cujos quais possuem importantes papéis políticos. Além disso, o conceito também corresponde à consensos entre governantes e governados, a partir dos quais se estabelecem as regras básicas do convívio social, resultando na vontade coletiva nacional-popular, que é constantemente revisada.

Essa ideia remete à concepção gramsciana de democracia, a qual resulta no seu ideário sobre um novo modelo de socialismo. Isso porque o autor crê que a dimensão contratual da Sociedade Civil só seria plenamente alcançada no contexto de uma Sociedade Regulada, apesar de se manifestar gradativamente no decorrer da "guerra de posições", já que ela consiste no desenvolvimento de dimensões consensuais. Isto é, o socialismo que ele propõe requer a construção de uma forte sociedade civil que assegure a possibilidade do autogoverno dos cidadãos, ou seja, de uma democracia plenamente realizada. Propõe um outro modelo de socialismo, um modelo no qual o centro da nova ordem deve residir não no fortalecimento do Estado, mas sim na ampliação da 'sociedade civil'. **(COUTINHO, 2014)**

De acordo com Gramsci, a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos: como domínio sob os grupos adversários e como direção intelectual dos grupos aliados, sendo que quando a classe dominante perde o consenso e passa a ser apenas dirigente, configura-se uma crise de autoridade.

Porém, todo Estado passa por uma fase inicial “primitiva”, econômico-corporativa, em que a hegemonia do grupo social fundador do novo Estado reside principalmente nas questões econômicas, de organização das relações de produção, enquanto os aspectos culturais desse novo Estado e, portanto, da hegemonia do novo grupo dominante, são ainda embrionários. Nesse contexto, a cultura embrionária se constitui principalmente da crítica ao passado. Contudo, em um “Estado ético ou de cultura” (**GRAMSCI, 2007a, pág.284**) o grupo dominante cumpre a função de elevar o nível cultural das massas por meio dos aparelhos privados de hegemonia, tendo como objetivo final a extinção do Estado e, por consequência, o fim do próprio grupo dominante.

No entanto, é necessário lembrar que os Aparelhos “Privados” de Hegemonia não servem apenas à esse propósito revolucionário, mas também, em uma relação dialética, à manutenção da dominação de uma classe. Deste modo, torna-se possível concluir que os princípios que constituem as filosofias tradicionais das massas, isto é, o senso comum popular, que conduz a ação dessas massas sobre suas respectivas realidades, atuam como uma força política externa. Pois geralmente se baseiam na construção de uma filosofia da práxis heterônoma, alheia, caracterizada pela subordinação aos interesses da classe dominante, limitando o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa.

Toda filosofia tende a se tornar senso comum de uma sociedade na medida em que ela se liga à vida prática dessa sociedade e que se mantém em contato com os “simples”, ou seja, com as camadas sociais “inferiores”, perdendo seu caráter individualista. E é justamente no fato de não manter uma unidade intelectual entre as camadas altas e baixas de uma sociedade que reside o problema fundamental da maioria das filosofias. Gramsci versa sobre isso no Volume 1 dos Cadernos: “Afirma-se a exigência do contato entre os intelectuais e os simples para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais.” (**GRAMSCI, 1999, p. 103**)

Nessa perspectiva, até mesmo as transformações linguísticas, como a variação de significados que uma palavra pode ter, quer dizer, os diferentes sentidos que a ela são atribuídos de acordo com a cultura daquele que a utiliza, têm relação com a hegemonia, pois pode representar, dentre outras coisas, aquela que é exercida por uma língua nacional sobre as outras. Aspecto esse que pode ser notado, por exemplo, através da observação do fato de que no Brasil ocorre o

fenômeno do “anglicismo”, o que define a frequente utilização de palavras provenientes da língua inglesa, como “Play”, “E-mail”, “coach”, “bacon”, “jeans”, entre outras.

Outro exemplo muito comum que demonstra como a hegemonia de uma classe dominante interfere na concepção de mundo das massas populares de uma forma simultaneamente sutil, devido à forma com que penetra no pensamento popular, e drástica, já que após aderida pelas massas, interfere em toda a interpretação e ação delas sobre a realidade, em todo seu conhecimento do mundo, é a da noção geográfica sobre Oriente e Ocidente, que é mundialmente aceita, salvo exceções.

Tais conceitos são referências que existem apenas a partir do momento em que o homem, enquanto sujeito pensante e que atua modificando a sua realidade, existe e, em uma relação dialética, ao atuar sobre o mundo em que vive, tem a necessidade de utilizar esses conceitos que ele mesmo criou historicamente - o que por sua vez exemplifica também o conceito de “filosofia da práxis”, no qual o conhecimento gera a ação e vice-versa - sob a influência dos ideais das forças hegemônicas das classes dominantes da época.

Ou seja, neste caso, com relação à morfologia que se utiliza dos pontos de referência geográficos, pode-se perceber que estes termos se cristalizaram não a partir do ponto de vista de um hipotético homem, mas do ponto de vista das classes cultas européias, que através de sua hegemonia mundial, fizeram com que fossem universalizados. Logo, nesse contexto, a tarefa educativa exercida pelo Estado - e mais especificamente pelos portadores materiais da figura da Hegemonia, própria da Sociedade Civil, chamados de Aparelhos “Privados” de Hegemonia - tem a finalidade de “adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção **(GRAMSCI, 2007a, p. 23-24)**, servindo à hegemonia da classe dominante.

Ainda sobre esse tema da hegemonia de uma cultura sobre outra, para compreendê-lo melhor, é interessante observar a relação hegemônica estabelecida entre a cultura ocidental sobre grande parte, ou até mesmo toda a cultura mundial. Sendo que, apesar de haverem outras culturas que influenciaram na “unificação hierárquica da civilização mundial” **(GRAMSCI, 1999, p.263)**, elas só puderam exercer a sua influência nesse processo a partir do momento em que já haviam sido

assimiladas pela cultura europeia. Isso no que diz respeito à cultura fomentada pelo “meio intelectual”, ou seja, à uma cultura capitalista globalizada.

Tal dominação de uma visão de mundo sobre as demais - o que caracteriza a hegemonia de um determinado grupo social, formador e “portador” dessa visão de mundo - ocorre, segundo Gramsci, de uma forma em que a ideologia desenvolvida pelo grupo dominante assume um caráter religioso, isto é, desprovido da ação do senso crítico. Ou seja, os grupos subalternos passam a aceitar a ideologia que a eles é imposta de maneira “não-coercitiva”, já que é realizada por meio dos aparelhos privados de hegemonia, que levam os indivíduos a aceitarem os ideais propostos voluntariamente, sem questionar aquilo que vos é apresentado, tornando-os unânimes. Neste sentido, a ideologia do grupo dominante assume um caráter especulativo, religioso, assemelhando-se a uma “fé transcendental”.

E, ainda sobre essa temática da hegemonia de uma visão de mundo sobre outra(s), é importante ressaltar, mesmo que rapidamente, o papel indispensável dos intelectuais na estruturação dessa hegemonia. Isso visto que cada classe/grupo social possui os seus próprios intelectuais, que servem ao propósito de organizar e elevar a “nível superior”, ou seja, teorizar pragmaticamente, os ideais e a interpretação de mundo que se edificam a partir das práticas, necessidades, interesses e projeções futuras de cada classe.

É relevante observar que para que esses intelectuais e a cultura que propagam possam ser considerados nacionais, ambos devem ser de origem popular, para que haja uma identificação entre eles e a população de forma geral. Caso contrário, passa a existir a possibilidade de o povo aderir à hegemonia dos intelectuais e cultura estrangeiros, como é o caso do exemplo sobre georreferenciamento utilizado anteriormente no presente texto.

Gramsci diz que todos os homens são intelectuais, mas nem todos exercem a função social de intelectuais. Estes, cujos quais exercem tal função, estão divididos na teoria gramsciana entre “orgânicos”, sendo estes os que são contemporâneos, que surgem no seio das classes sociais em luta durante determinado período histórico; e “tradicionais”, que são os descendentes de um período histórico anterior ao vigente, que permanecem com ideias provenientes daquele período, cujos quais estão sempre à mercê da tentativa de cooptação pelos intelectuais orgânicos, que pretendem reforçar seus respectivos grupos, já que a incorporação destes

intelectuais “tradicionais”, bem como de quaisquer outros, facilita o apoderamento dos grupos dos quais eles são provenientes, no intuito de assimilá-los ou destruí-los.

Gramsci disserta sobre esse papel fundamental dos intelectuais no Volume 2 dos **Cadernos do Cárcere**, dizendo que:

“Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político.” (GRAMSCI, 1999, p. 15)

Um exemplo utilizado pelo próprio Gramsci sobre a atuação dos intelectuais orgânicos em prol da conquista da hegemonia por um determinado grupo social, encontra-se no Volume 1 dos **Cadernos do Cárcere**. Nele o autor fala sobre uma subversão do conceito de liberdade que foi realizada pelos partidos liberais, bem como pelos intelectuais que os integram, onde há um abandono conveniente do sentido original da palavra, que representa uma constante “(...) luta entre liberdade e autoridade, entre revolução e conservação, luta na qual a liberdade e a revolução continuamente prevalecem sobre a autoridade e conservação” (GRAMSCI, 1999, p.300), o que não corresponde aos ideais dos partidos ditos liberais, visto que eles, a parte a questão econômica, são geralmente conservadores. Sumariamente, os burgueses assimilam parte dos ideais do proletariado, numa tentativa de manter a sua hegemonia.

Portanto, o fato de os partidos denominarem-se liberais pode ser considerado como uma estratégia que colabora para que haja uma maior adesão aos ideais por eles defendidos, devido ao significado que a palavra carrega no imaginário popular, relacionado à autonomia, à emancipação. E, a respeito dessa temática é possível observar a atualidade do pensamento gramsciano, já que o presente quadro da política econômica e social brasileira demonstra de maneira clara a contradição existente entre a conceituação dos partidos que se auto-definem como liberais e a sua prática, de modo que políticos como Jair Bolsonaro, o atual Presidente da República, integrante do Partido Social Liberal (PSL), quando questionados sobre práticas e defesas de ideias que são definitivamente conservadoras no âmbito social, justificam-se dizendo serem conservadores no costume, mas liberais na economia, o que, dentre outras reações, gera uma ironização sobre tal

posicionamento, resumida na seguinte imagem que circula pela internet, explicitando de forma cômica a incoerência presente nessa definição:

Figura 3 - Liberal na economia, conservador nos costumes



Disponível em: <https://medium.com/@bemfica/n%C3%A3o-existe-liberal-na-economia-e-conservador-nos-costumes-cara-p%C3%A1lida-2a9ba4ced556> . Acesso em Junho de 2019.

Em resumo, essa análise sobre o papel dos intelectuais na construção da hegemonia de uma classe demonstra que há, por parte destes intelectuais, bem como de suas classes e partidos, a compreensão da relevância da apropriação dos Aparelhos “Privados” de Hegemonia, dos quais tornam-se “funcionários” em prol de difundir uma determinada filosofia, adotando uma forma pedagógica e consensual de direção intelectual, moral e política. Contudo, demonstra também que a construção dessa dominação/direção de uma classe sobre outra nem sempre é realizada de forma honesta e virtuosa, já que a opinião pública representa a vontade política pública e por isso existe uma constante luta pelo monopólio dos órgãos a ela relacionados, para que uma só força hegemônica modele tal opinião e, portanto, a vontade política nacional.

Ou seja, os filósofos passaram a entender que a amplitude de suas ideias não se limitam somente àqueles e àquilo que está imediatamente próximo de si, mas repercutem por toda a sociedade e o meio que a integra, de modo que modifica a realidade em si.

Por isso passam a ser partidários da liberdade de pensamento, opinião e expressão, em busca de ampliar o alcance de suas ideologias e, conseqüentemente, ampliar o poder da classe da qual fazem parte. E é importante salientar que a opinião pública, na maneira como é conhecida atualmente, foi algo que surgiu em um contexto de desagregação dos Estados absolutistas, em que a burguesia, que era um grupo que visava e caminhava para tornar-se dominante na nova configuração de Estado, lutava pela hegemonia política e pela conquista do poder.

Ademais, é importante notar que o Estado ampliado teorizado por Gramsci se diferencia do “Estado-Governo”, cujo qual representa uma força autônoma que possui um prestígio institucional, que é automaticamente transferido para a classe que passa a ocupar esse espaço. Assim sendo, é curioso notar como o Estado moderno tende a centralizar cada vez mais o poder, as ideologias e as ações políticas sob um grupo específico, geralmente representado na figura do Estado-Governo. Ou seja, o grupo dominante no sistema capitalista, sendo este a burguesia, defende o propósito da liberdade de expressão, desde que atenda aos seus interesses particulares, de forma que recorre a mecanismos que limitam a expressão de ideais divergentes dos seus.

Tal tentativa de fazer com que os membros de um determinado partido acreditem que apenas nele encontrarão as satisfações de suas necessidades, rompendo a sua ligação com qualquer outra organização cultural, caracteriza-se como uma política autoritária, um Estado autoritário.

Frente a isso, os demais grupos existentes resistem construindo novas formas de exercer a sua autonomia e sua liberdade de pensamento e expressão, representadas por diferentes Aparelhos “Privados” de Hegemonia, como é o caso dos partidos, de jornais, revistas, sindicatos, entre outros. Todavia, essas formas de resistência vivem uma batalha constante com as organizações partidárias da filosofia tradicional, que buscam anular essas formas de autonomia contemporâneas, que ainda sim se impõem, já que a sua existência determina um certo desenvolvimento histórico, em detrimento de outro que haveria caso essas forças contrárias não existissem.

Os meios de comunicação como Aparelhos “Privados” de Hegemonia:

Considerando o que foi exposto no capítulo anterior sobre a Hegemonia, que configura-se como a direção moral, intelectual e política que um grupo exerce sobre outros, é possível inferir que os meios de comunicação social, sendo eles o jornal, revistas, televisão, cinema, teatro, rádio e outros, configuram-se como poderosos aparelhos “privados” de hegemonia. Isso porque são espaços privilegiados de elaboração, difusão e disputa de diferentes visões de mundo, como fica claro neste excerto de um texto de Castells (2000, p. 367):

“(...) a mídia eletrônica (não só o rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como o jornal e a internet) passou a se tornar o espaço privilegiado da política. Não que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Contudo, sem a mídia, não há meios de adquirir ou exercer poder. Portanto todos [os partidos políticos, de ideologias distintas] acabam entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito.” (apud. **FONSECA, 2011**)

Sobre este tema, Gramsci desenvolveu, durante os anos 1930, em que se apresentavam na Itália impulsos para a modernização, uma reflexão sobre o jornalismo, bem como sobre outros órgãos de comunicação que participam da conquista de um consenso. Nesse contexto, as mudanças econômicas e sociais tornaram a questão hegemônica mais complexa, ao trazer à tona a necessidade de uma reorganização intelectual e moral, a qual traria novos protagonistas, cujos quais poderiam ser o proletariado, as classes subalternas, desde que eles tomassem conhecimento sobre os processos de comunicação, que passam a ter papel central na teoria do autor e em sua proposta de estratégia revolucionária, como também na conquista da hegemonia; e, portanto, desde que definissem para si uma estratégia de comunicação.

Ele, Gramsci, apesar de não ter conhecido as formas modernas que os meios de comunicação assumiram, conheceu a imprensa, na forma mais elementar de seu significado, representada pelos escritos impressos. A partir disso, ele analisou a evolução das formas de se construir e difundir uma ideologia, de se repassar conhecimentos, informações, ideias e, como fruto dessa análise, considerou a

escrita como um primeiro passo adiante de uma prática que até então era predominantemente oral, sendo a imprensa, na forma em que se apresentava na época, uma importante etapa de uma transformação no “mundo cultural”, pois, segundo ele, ela amplia o alcance da atividade educacional, além de fornecer à memória um subsídio de valor inestimável (**GRAMSCI, 2007b, p. 67**).

Entretanto, apesar de valorizar a comunicação escrita e sua indiscutível contribuição para a memória individual e histórica, ao ter acesso à ferramentas como a rádio, o teatro e o cinema, sobre os quais se pronuncia nos **Cadernos do Cárcere**, Gramsci percebe que a comunicação realizada pela via oral possui maior rapidez e alcance, além de perceber que esse tipo de comunicação utiliza-se de recursos que sensibilizam o público por meio das diferentes emoções. Assim, é possível considerar que de certa forma ele compreende a relevância que meios de comunicação que se desenvolveram após seu falecimento, como é o caso da televisão, viriam a ter.

Ele percebe que, caso haja um grupo cultural que pretenda angariar mais adeptos até que consiga se tornar hegemônico, sua ação à favor do objetivo de obter o domínio cultural deve começar em uma questão bastante elementar: a “língua”. Nesse sentido, ele nota como os jornais utilizam uma linguagem que se aproxima muito da oratória utilizada cotidianamente. Segundo ele “os artigos de jornal são ordinariamente apressados, improvisados, semelhantes, em grande parte, pela rapidez do esboço e da argumentação, aos discursos de comício”. (**GRAMSCI, 2007b, pág 66**)

Associando isso a realidade atual, é possível notar que a linguagem utilizada pelos jornais, tanto escritos, quanto impressos, como também os veiculados pela televisão, não permite que haja um aprofundamento sobre os temas abordados, trazendo à tona informações incompletas e opiniões prontas com pouco ou nenhum respaldo, numa dinâmica que a semiótica denomina de linguagem indicial. No entanto, a credibilidade atribuída a esses veículos de informação faz os leitores ou espectadores absorverem as informações que acessam por essas vias, ou seja, pelo que se veicula nas manchetes ou chamadas, muitas vezes sensacionalistas e até em desacordo com o conteúdo da matéria.

Isso demonstra que a linguagem utilizada nos meios de comunicação deve corresponder a que é utilizada pela parcela da população a qual se pretende atingir, a fim de que haja uma melhor compreensão das informações por parte desse grupo

pretendido, de modo que se faça possível a dominação cultural. Um exemplo disso é a recorrente apropriação que a mídia - um termo mais recente, não contemporâneo a Gramsci, “entendida como o complexo de meios de comunicação que envolve mensagem e recepção, por formas diversas, cuja manipulação dos elementos simbólicos é sua característica central” (**FONSECA, 2011**) - realiza de uma forma de expressão que surgiu de maneira espontânea no ambiente virtual, fruto das atividades populares, o chamado “meme”, visando atingir um público mais abrangente e cativar a sua atenção, utilizando algo que faz parte do seu dia-a-dia, como fica claro no seguinte trecho de um trabalho apresentado no XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação:

“Os bordões e os memes podem ser considerados como formas de produção de capital simbólico na contemporaneidade, visto que são produzidos para o consumo e a familiarização do espectador com determinado elemento que se quer promover. Esses elementos podem ser considerados negativos, se vistos como fruto de uma indústria cultural que procura o tempo todo homogeneizar as massas e elevar o consumo em uma sociedade capitalista.” (**CARACCILO, PENNER, FILHO, 2011, p.9**)

Além deste, um outro exemplo relevante sobre a forma com que a linguagem utilizada influencia na função hegemônica dos meios de comunicação, encontra-se na estratégia utilizada em determinado período pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para criar um conformismo social na população, na tentativa de manter sua hegemonia política. Isso, dentre outras formas, foi realizado a partir da utilização de uma linguagem e ideais de caráter universal (**SIMIONATTO E COSTA, 2014**) como justiça, liberdade, cidadania e direitos, cujos quais passaram a fazer parte do cotidiano das classes subalternas, que acabaram por se contentar com esses ideais, deixando de se empenhar em uma reflexão mais aprofundada sobre a política, a sociedade e suas contradições.

Nesse sentido, o que Gramsci chama de jornalismo de Estado, por exemplo, só pode ser considerado confiável na medida em que o Estado se caracteriza como algo que está em vias de ser suplantado, num contexto em que “(...)o partido dominante não se confunde organicamente com o governo, mas é instrumento para a passagem da sociedade civil-política à ‘sociedade regulada’” (**GRAMSCI, 2001, p. 271**).

Caso contrário, é possível que este jornalismo, assim como qualquer atividade editorial ou de outro tipo, que esteja relacionada com os meios de comunicação de uma forma mais abrangente, sejam pautados na reprodução de padrões que atendem aos interesses dos grupos dominantes, já que “(...) são estes jornais que asseguram a existência do capitalismo, o consenso e a força física dos pequenos burgueses e dos imbecis” (**GRAMSCI, 2004, p.116-117, apud. MORAES, 2010, p.63**). Isso porque as ferramentas que compõem a mídia - como já dito antes: as revistas, os jornais impressos e televisionados, a rádio, o cinema, o teatro, a internet - são partidos políticos, de acordo com a concepção gramsciana sobre este tema, esclarecida no capítulo anterior, e exercem constantemente a sua função como tal.

Desta maneira, podendo ser considerados como partidos políticos, por meio de uma definição ampliada desse conceito, os meios de comunicação carregam consigo a função de equilibrar minimamente os interesses em conflito existentes na sociedade, o que buscam realizar por meio de concessões atribuídas às ambições e às ideias provenientes de grupos “não hegemônicos”, sem perder de vista os ideais da classe dominante que orientam a sua atividade. Considerando isso, à esse processo de satisfação da necessidade do público, concomitantemente à criação de novas necessidades, dá-se o nome de “jornalismo integral” (**GRAMSCI, 2001, p. 197**).

Sobre isso, a partir do texto disponível no portal “Gramsci e o Brasil”, chamado “**A democracia internética**” de Fernando da Mota Lima, mestre em Sociologia pela Universidade de Pernambuco (UPE), é possível ampliar essa discussão, abordando a evolução das modalidades dos meios de comunicação social e seus efeitos. Inicialmente, compreende-se que houve um período em que o jornalismo impresso era o principal, senão o único meio de comunicação em que ocorria o debate ideológico, ou melhor, a disputa pela hegemonia. Sendo assim, Fernando dá destaque ao fato de que a restrição dessa função de disputa entre diferentes ideais àqueles que compunham esse tipo de jornalismo - como no Brasil era o caso de Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Álvaro Lins, entre outros - funcionava como um “filtro”, já que o privilégio de mediar esse debate entre visões de mundo era concedido com relação aos “méritos e virtudes dos autores” (**LIMA, 2010**).

Dando seguimento a esse tema, Fernando aborda em seu texto a chegada da televisão, que acaba superando os jornais impressos no Brasil, tendo em vista o alto nível de analfabetismo que havia no país naquela época. No entanto, essa superação que a TV realiza sobre o jornalismo impresso não modificou, ao menos imediatamente, o fato de que o exercício da opinião pública era geralmente realizado por figuras que carregavam consigo um reconhecimento nacional, fato que, segundo o autor do texto, se modificou com a “massificação provocada pela televisão(...), fruto imediato do capitalismo imposto pela ditadura, e logo em seguida, a privatização do exercício do jornalismo” **(LIMA, 2010)**, restringindo-o aos diplomados em jornalismo.

Tal questão sobre o exercício da função hegemônica, que passa a ser realizada por determinados indivíduos, antes cada vez mais restritos, por intermédio dos meios de comunicação social, se complexifica com o advento da internet, que foi uma considerável revolução em termos de comunicação, cuja qual, em uma perspectiva dialética, resultou em consequências positivas e negativas. Isso visto que, apesar de desestabilizar mecanismos de controle tradicionais - representados, por exemplo, em jornais que têm forte influência na construção de um senso comum que tem como objetivo tornar e manter as classes subalternas passivas -, “a universalização da democracia midiática produziu inevitavelmente a babel das opiniões e dos costumes. Hoje todo mundo tem umas e outros, e todos se sentem investidos no direito de exercê-los.” **(LIMA, 2010)**

Ou seja, a internet produz uma sensação de autoridade e independência intelectual em seus usuários, que se sentem adeptos a opinar, com base em suas experiências e opiniões pessoais, sobre os mais diversos temas, sobre os quais não se tem a mínima expertise. Isso gera uma sensação de liberdade, a partir da qual supõe-se que o indivíduo é livre para pensar como quiser e manifestar esses pensamentos por meio de suas ações bem como quiser. No entanto, essa sensação é ilusória, além de ser conveniente para os dominantes, já que mesmo no meio internético, que a primeira vista pode parecer alheio às relações de poder e de hegemonia cultural de um grupo sobre outro, ainda existem “figuras de autoridade social e cultural” **(LIMA, 2010)**, ou seja, ainda está presente a ação dos intelectuais orgânicos que emergem das classes que estão em disputa pela hegemonia, os quais atuam por meio dos Aparelhos “Privados” de Hegemonia em busca do consenso, sendo a internet um desses aparelhos. Neste caso, o que muda é a forma de

atuação desses intelectuais, que passa a ser despersonalizada. Assim sendo, sobre essa questão, é interessante a leitura do seguinte trecho do texto de Fernando da Mota Lima:

“A autoridade e seus artifícios de controle e poder mudaram de mão e de forma, mas continuam sendo autoridade, controle e poder. O problema é que se tornaram quase sempre invisíveis. Nessa medida, torna-se bem mais difícil identificá-la, a autoridade, para assim melhor combatê-la.” (LIMA, 2010)

Outra questão, não menos importante, que é possível abordar a partir da leitura desse texto, é o fato de que as opiniões que são emitidas na internet com único embasamento em um senso comum e em preconceitos que são socialmente construídos por aqueles que de fato “controlam” os aparelhos “privados” de hegemonia, geralmente se encontram no âmbito das Artes e das Ciências Humanas. Isso porque, nessas áreas, os indivíduos sociais são sujeito e objeto, além de que elas fazem parte do cotidiano, o que resulta em uma sensação de autoridade sobre tais assuntos.

Em concordância e complementando esse raciocínio, Luis Werneck Vianna, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), em uma entrevista concedida em 2007, com o título **“A combinação explosiva do judiciário e a mídia, a poderosa energia da sociedade e o grande déficit de pensamento”**, também disponível no portal “Gramsci e o Brasil”, traz a informação de que a internet é preponderantemente utilizada por jovens, com idade inferior a 30 anos, que geralmente a utilizam de maneira crítica, mas não em um sentido político. Isto é, a crítica é geralmente realizada como juízos de valor sobre determinados indivíduos e a isso se resume, de modo que não interfere efetivamente na conjuntura política.

Werneck atribui essa discrepância entre uma agitação supostamente política que transparece na mídia e a realidade passiva das massas na efetiva prática política à uma aproximação entre a imprensa e o judiciário. Isso porque existe uma constatação, possivelmente fantasiosa, de falência da mídia e, os escândalos que são fornecidos pelo judiciário vêm como um ótimo e rentável material, financiando a imprensa por meio da espetacularização da política. Isso, segundo Luiz, leva à um antagonismo feroz, cego e partidarizado, que só enxerga soluções na derrubada de uma figura construída do inimigo. Sobre esta espetacularização, seguem

considerações de Francisco César Pinto da Fonseca, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo:

“Embora não ajam necessariamente de forma uníssona, o seu *modus operandi* [dos diferentes meios de comunicação] é similar, na medida em que provém de um sistema orgânico em que as notícias associam-se ao espetáculo, ao entretenimento, à lógica mercantil da audiência (no caso das tvs e rádios) e das vendas, notadamente de publicidade, no caso dos periódicos” **(FONSECA, 2011)**

Deste modo, a liberdade de imprensa, reivindicada pela burguesia, como visto anteriormente, quando analisada dialeticamente, apresenta suas contradições, se mostrando ora como algo positivo e ora apresentando as consequências negativas que pode ocasionar. Pois, se por um lado há a possibilidade de circulação de variadas informações, provenientes das diversas visões de mundo em luta pela hegemonia; por outro lado, existe a monopolização dos meios de comunicação por frações da classe dominante, o que leva a mídia popular - sendo esta a que a população no geral tem maior e mais fácil acesso, como é o caso dos canais abertos de televisão, de acesso gratuito - a propagar os ideais que correspondem principalmente aos interesses da classe dominante, já que, além de verificar-se no que se considera como “grande política”, a disputa pela hegemonia ocorre também, de forma igualmente relevante, em questões parciais e cotidianas.

Em ambos os casos, é fundamental a compreensão da importância de uma “mídia internacionalmente articulada” **(GRAMSCI, 2001, p.239)**. Isto é, há a indispensabilidade de veículos de informação que possuam, além de seus próprios intelectuais - lembrando que todo partido desenvolve seus intelectuais orgânicos, em prol de organizar teoricamente seus ideais e propagá-los de maneira sistemática - que geram o conteúdo a ser divulgado, uma articulação com intelectuais de demais localidades, mas de uma mesma corrente ideológica, que consigam informar seus conterrâneos sobre o que acontece ao redor do mundo a partir da perspectiva da ideologia empregada. E, sobre isso, é importante ressaltar que os intelectuais cujos quais possuem essa capacidade são cultivados, ou seja, não se criam espontaneamente.

Nesse lógica, Gramsci se apresenta contra a ideia errônea de que, a partir do momento em que um grupo possua dirigentes e dirigidos, e que tenha estabelecido para si os seus princípios, o acato e a submissão a eles seja realizado de forma

automática e sem orientação, configurando-os como indiscutíveis. No entanto, o autor deixa claro que, nesse quadro, existe a necessidade de uma direção que orienta constante e organizadamente o seu grupo e os meios de comunicação social, dentre outros aparelhos “privados” de hegemonia, servem à este propósito.

Assim sendo, observa-se que a função essencial dos organismos de cultura, como é o caso dos meios de comunicação, independente de sua orientação ideológica (no sentido de que vale para todas as ideologias em disputa), é a de um trabalho educativo que organiza primorosamente e homogeneiza as ideias, até então difusas, de um determinado grupo social, conduzindo o que antes se caracterizava como um senso comum à uma “filosofia da práxis”, coerente, sistemática. Nesse sentido, não basta que haja uma formulação pragmática dos conceitos e sua simples enunciação, mas, como já explicado, uma “repetição”, paciente e sistemática, mas não mecânica, ‘obsessiva’, material, e sim a adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais” (**GRAMSCI, 2001, p.206**), já que uma mesma informação pode surtir diferentes efeitos, dependendo da perspectiva pela qual ela é contemplada.

Desta forma, os meios de comunicação social se classificam de diferentes formas, de acordo com o público a que se pretende atingir, a maneira pela qual se comunicam com esse público, a linguagem utilizada e outras características que compõem, em seu conjunto, a orientação intelectual de cada veículo de informação, que deve ser unitária, homogênea, a favor de cumprir a sua função social. Isto é, apesar de haver a necessidade de uma variedade de estilo e de personalidades na composição dos meios de comunicação (**GRAMSCI, 2001, p. 200**), ampliando o seu potencial de adesão, a sua elaboração deve ser embasada em uma organização e processos que garantam a uniformidade do conteúdo apresentado.

Tal unidade ideológica, necessária para um meio de comunicação, bem como a relevância de uma repetição regular de ideais no intuito de que eles sejam absorvidos pelo público, como também a implicação da atividade dos Aparelhos “Privados” de Hegemonia na esfera pública - o que leva a palavra “privado” ser colocada entre aspas - podem ser avaliadas em uma pesquisa realizada por Ângela Carrato, jornalista e professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, e Eliara Santana, doutoranda em Estudos Linguísticos, pela PUC Minas. Nela, as pesquisadoras se dedicaram a analisar centenas de edições do Jornal Nacional - telejornal do canal aberto brasileiro com mais

telespectadores, de acordo com pesquisa publicada em Junho de 2018 pelo Grupo de Mídia de São Paulo, na qual a TV Globo lidera o ranking com 37,36% de participação e relevância no mercado, aparecendo também como líder em um ranqueamento realizado pela RD1, especializada em audiência televisiva, com 47% de “share”, que corresponde ao número de televisores ligados durante o programa - em busca de compreender de que forma as opiniões emitidas explícita e implicitamente por esse telejornal colaboraram na condenação popular, não obstante a judicial, do ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.

No desenvolver da pesquisa, as jornalistas analisaram diversos aspectos que interferem na veiculação de uma notícia, que por sua vez, sempre corresponde a uma interpretação de mundo específica, a qual se pretende implementar no imaginário social. Dentre esses aspectos, de acordo com as próprias pesquisadoras em entrevista para o site “Viomundo - O que você não vê na mídia”, encontram-se a duração das matérias, a pertinência das fontes utilizadas, a entonação de voz, fisionomia, cores predominantes na cena, dentre outras questões que definitivamente colaboram na construção da ideia a ser transmitida.

Aspectos como estes, que implicam na compreensão da forma com que os meios de comunicação influenciam na construção de uma ideologia popular, foram considerados por Gramsci em seus escritos dos **Cadernos no Cárcere**, com as devidas ressalvas históricas. Sobre isso, ele demonstra, por exemplo, que o “simples fato” de um determinado livro ser distribuído por uma editora em específico, a preços acessíveis e em grandes quantidades, pode resultar em uma considerável participação da ideologia que é proposta neste livro na construção de um consenso popular, de um senso comum.

Sem mais delongas, o que se pretende demonstrar com a pesquisa realizada pelas jornalistas e estudiosas da comunicação, à parte os juízos de valor, é a forma com que a mídia influencia no julgamento da população sobre um determinado tema, utilizando-se dos mais diversos artifícios para fazer com que o público aceite, de forma consensual, a ideia que está sendo divulgada por aquele veículo de informação. Quer dizer, a pesquisa alerta para o fato, também analisado por Gramsci, de que essa função hegemônica exercida pelos meios de comunicação nem sempre é baseada na honestidade ou na pureza dos fatos - algo em que Gramsci não acredita, tendo em vista a forma como encara a objetividade do conhecimento, inclusive o científico, como trabalhado no primeiro capítulo deste

texto - já que elementos que modificam dados e que constroem todo um contexto, de forma conveniente, com base em interesses de um grupo em particular, estão presentes na ação desses órgãos de cultura. Deste modo, é possível perceber como Gramsci, por meio de sua universalidade, é capaz de iluminar alguns aspectos de nossa peculiaridade nacional.

Trazendo este debate para a atualidade, identifica-se que a função ideológica da mídia, definida por Gramsci, assume uma nova roupagem e objetivos, se comparada com o que havia em sua época. Isso porque atualmente há uma formação social capitalista ainda mais desenvolvida e "estável" (estável quanto aos pilares da reprodução do capitalismo, sem se negar, com isso, que o capitalismo contemporâneo também seja repleto de crises e, neste sentido, convive com múltiplas formas de instabilidades, porém dentro de um quadro de reprodução de suas relações sociais fundamentais), de modo que o papel da mídia hegemônica passa da conquista da hegemonia burguesa para a manutenção dessa hegemonia. Com esse propósito, a mídia regula a opinião pública "(...) através de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção. Disseminando conteúdos que ajudam a organizar e a unificar a opinião pública em torno de princípios e medidas de valor" (**MORAES, 2009**). Assim, conclui-se que a democracia, na maneira definida por Gramsci, só poderá ser efetivada, dentre outros fatores, a partir do momento em que houver um controle sobre o poder da mídia, o que fica claro a partir do seguinte trecho do texto "**Mídia e Democracia: falsas confluências**" de Francisco César Pinto da Fonseca, no qual ele defende a necessidade de estabelecerem-se controles democráticos a um poder cada vez mais sem controle - o da mídia, desde muito considerado um quarto poder - que, além do mais, torna-se ainda mais complexo em razão das novas tecnologias informacionais que alargam a esfera pública (a "sociedade global"), ao mesmo tempo em que ampliam o poder da mídia, pois tornam-a transnacional. (**FONSECA, 2004**)

Esse controle sobre a mídia, por sua vez, deve se diferenciar da censura, sendo guiado pelos preceitos da liberdade de expressão, mas evitando a permissividade, que pode resultar em um pensamento único, inibindo vozes discordantes.

Outra importante reflexão sobre os meios de comunicação como aparelhos "privados" de hegemonia encontra-se no texto "**A comunicação na batalha das ideias**" de Dênis de Moraes, também disponível no portal "Gramsci e o Brasil". Nele,

o autor apresenta uma reflexão sobre o papel das mídias na disputa pelo poder, como também na orientação política, moral e cultural da sociedade, observando que atualmente os meios de comunicação são supervalorizados no que se refere a este tema. Fato este que pode ser observado na maneira como nos dias atuais a legitimação de uma informação por parte da população está intrinsecamente relacionada à veiculação de tal informação pelos meios de comunicação de massa. Deste modo: “Os grupos de comunicação sentem-se desimpedidos para selecionar as vozes que devem falar e ser ouvidas - geralmente aquelas que não ameaçam suas conveniências políticas e mercadológicas.” **(MORAES, 2009)**

Adiante, a partir deste apontamento, é imprescindível a abordagem de outra questão extremamente relevante que envolve os meios de comunicação social e sua relação com a disputa pela hegemonia: o caráter mercadológico desses meios. Tema este que é também tratado por Gramsci que define que “Os jornais são organismos políticos-financeiros e não se propõem a divulgar as belas-letas em suas colunas, a não ser que estas belas-letas aumentem a receita” **(GRAMSCI, 2002, p.40)**, o que pode ser aplicado também aos outros aparatos da mídia, como rádio, revistas e a televisão.

Entretanto, é importante lembrar que como aparelho “privado” de hegemonia, a mídia também exerce importante função em questões públicas, caracterizando-se como um intermédio entre as esferas pública e privada. Ou seja, a mídia divulga e promove interesses privados, caracterizando-os como opinião pública. Isto significa que o caráter manipulador que a mídia assume nas modernas e democráticas sociedades capitalista ocidentais é correntemente camuflado pela ideia de que ela, a mídia, seria uma prestadora de serviço à comunidade, cumprindo o dever de informar, da forma mais neutra possível, a população. Além de que ela é encarada como uma forma de fiscalização do governo, da gestão pública, o que geralmente não condiz com a realidade.

Por conseguinte, é importante reforçar a diferença da notícia a despeito de outras mercadorias, devido ao seu caráter ideológico. E, além disso, ainda sobre a relação entre mídia e mercado, é relevante considerar o quanto é dispendiosa a manutenção de um meio de comunicação, o que faz com que isso seja um privilégio das classes economicamente dominantes.

A partir disso, Gramsci classifica os meios de comunicação e a “imprensa marrom” **(GRAMSCI, 2007a, p.270)**, que corresponde à imprensa sensacionalista,

como aparatos que perturbam o curso "natural", no sentido de esperado, da opinião pública. Isso visto que até o momento do surgimento e atuação desses instrumentos, a chamada opinião pública era basicamente dirigida por partidos mais centralizados, com uma ideologia melhor definida, enquanto a mídia caracteriza-se por ser inconstante, suscetível a transformações, de acordo com o propósito ao qual se pretende atender em determinado momento histórico, sendo que um exemplo utilizado pelo próprio autor sobre este fato é o do ocasionamento de "(...) explosões de pânico ou de entusiasmo fictícios, que permitem alcançar objetivos determinados, nas eleições, por exemplo. Basta o predomínio ideológico (ou melhor, emotivo) naquele dia determinado, para ter uma maioria que dominará por 3, 4 ou 5 anos." **(GRAMSCI, 2007A, P. 270)**

Tendo isso em vista, manifesta-se outro importante aspecto a ser analisado quando o intuito é a compreensão de que a mídia no geral se configura como um importante aparelho "privado" de hegemonia, sendo este o caráter passional que esses meios de comunicação carregam em seus discursos, nos quais há uma personificação de ideias. Isto, que é algo bastante presente na contemporaneidade, reafirmando a atualidade do pensamento gramsciano, é exemplificado no seguinte trecho do Volume 3 dos **Cadernos do Cárcere**:

"Quando se quer diminuir ou anular a influência política de uma personalidade ou de um partido, não se tenta mostrar que sua política é inepta ou nociva, mas que determinadas pessoas são canalhas (...). É uma prova do caráter elementar do senso político, do nível ainda baixo da vida nacional (...). (Da mesma forma), Reconhece-se alguém como incapaz, mas, como lhe credita integridade, confia-se nele; mas "incapaz" em política não corresponderia a "desonesto" em moral?" **(GRAMSCI, 2007a, P. 253)**

Ou seja, determinados ideais políticos são encarnados na figura de indivíduos, sobre os quais se faz um julgamento essencialmente moral, de caráter apelativo, levando a um esvaziamento da questão política em si, o que não cumpre ao propósito de elevar o nível cultural das massas, como proposto por Gramsci, mas acaba por fazer justamente o contrário disso. Isto posto, uma demonstração recente desse caráter passional da mídia, que leva a um esvaziamento das causas fundamentalmente políticas, por meio da personificação de ideias e de juízos de valor baseados em um senso comum acrítico, está também presente no caso do ex-

Presidente da República, o Lula, bem como na conseguinte eleição do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Isto pois, desconsiderando aqui a ideia, igualmente superficial, de que Lula seja completamente inocente, assemelhando-se a um santo imaculado e salvador, como muitos acreditam - o que por sua vez demonstra o caráter religioso que uma ideologia assume, como citado anteriormente neste texto -, é possível inferir que a condenação judicial e popular desta figura pública, que levou a sua prisão, apesar de ter sido baseada em julgamentos de cunho principalmente pessoal, e que, à luz de recentes divulgações pelo site The Intercept Brasil, parecem eivados de vícios quanto à imparcialidade a que teria direito, representa, para além de qualquer outro aspecto, a repreensão de ideais e de propostas políticas, que foi realizada por um grupo que pretendia tornar-se dominante (a começar da obtenção da chefia do Executivo), dentre outras formas, principalmente por meio das mídias, travestidas de julgamento moral, como demonstra a pesquisa supracitada. E, concomitantemente, a construção da figura de Jair Bolsonaro como uma persona que representa justamente os ideais opostos àqueles que estavam sendo condenados na figura de Lula, apresentando-se, por exemplo, como uma figura “apolítica”, já que teria sido construído um sentimento nacional de aversão aos políticos, levou à eleição deste candidato, baseada em pouca, ou melhor, quase nenhuma análise sobre os aspectos realmente políticos que se apresentavam naquele momento.

Pode-se notar, assim, que os candidatos passaram a fazer suas campanhas de acordo com qualidades e características de caráter pessoal, no intuito de conquistar a confiança dos eleitores. Deste modo, a escolha eleitoral passa também a ser reativa, no sentido em que os governantes são escolhidos de acordo com a reação do público ao que foi apresentado no período de campanha e não com base na atuação do político frente às necessidades efetivas dos diferentes grupos que integram uma nação, o que faz com que não haja congruência entre as opiniões expressas no período eleitoral e não-eleitoral.

Com tal característica, atendendo à lógica econômica dos meios de comunicação, que visa à construção de personalidades polêmicas e rentáveis, a imagem do político torna-se a mensagem a ser passada, independentemente do discurso proferido ou do conteúdo programático propriamente dito. A televisão interfere igualmente nas mobilizações de massa, como no caso das manifestações

populares, em que há a preocupação por parte dos manifestantes em produzir imagens que causem impacto a serem exibidas nos programas televisivos.

Entretanto, diferente do que se acredita com base no senso comum, essa nova forma do fazer político que resulta da ação da mídia, não é consequência da ação individual dos chamados “marqueteiros”. O que de fato acontece, segundo Pedro José Floriano Ribeiro, doutor em Ciências Políticas pela Universidade Federal de São Carlos, em seu texto “Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos”, é o resultado de “alterações profundas que extrapolam o campo da política, afetando a totalidade da sociedade” **(RIBEIRO, 2004, p.26)**. Sendo assim, as campanhas eleitorais apenas refletem as modificações estruturais que transformam as sociedades modernas no que se pode chamar de sociedades midiáticas.

Essa supervalorização da mídia pode ser encarada como resultado de uma perda de força dos tradicionais partidos políticos, que ocorreu principalmente devido a complexificação da esfera social, que se pulverizou em menores, mais numerosos e distintos grupos, dificultando a criação de uma agenda que satisfizesse todos os interesses contrastantes. Portanto, constata-se que:

“Funções antes desempenhadas principal ou exclusivamente pelas legendas partidárias passaram, a partir do último quinto do século XX, a ter nesse poderoso meio de difusão (televisão), um agente concorrente.” **(RIBEIRO, 2004, P. 32)**

Isto posto, considerando que a televisão se destaca dentre os outros meios de comunicação, como foi demonstrado pela pesquisa previamente citada, ela acaba sendo um meio privilegiado de relação do indivíduo com a realidade social, influenciando inclusive no desenvolvimento de políticas públicas, o que acreditava-se ser uma função insubstituível dos tradicionais partidos políticos, pois formata, incentiva, desconfigura e mesmo forja artificialmente essas políticas. No entanto, a realidade apresentada na TV é limitada, no sentido que é ditada por outrem, reproduzindo uma dominação cultural, simbólica.

Ainda nesse sentido, é preciso compreender que uma relação hegemônica se estabelece a partir do momento em que as crenças e valores de determinado grupo social passam a fazer parte do senso comum, que por sua vez é a visão de mundo, geralmente incoerente, que orienta as grandes massas de homens e mulheres. É,

portanto, por meio da elaboração do senso comum que se permeiam ideias, valores e costumes que asseguram a reprodução da ordem do capital.

É importante abordar a crítica que Gramsci realiza à adesão passiva de indivíduos à um organismo social, já apurada no Capítulo 1 do presente trabalho, e relacioná-la a questão midiática. Assim, é possível concluir que essa participação passiva dos indivíduos nos diversos organismos sociais pode ter relação com uma alienação política que os meios de comunicação têm gerado na população, isso no sentido de que os indivíduos não conseguem se enxergar como parte essencial na disputa pelo poder, colocando-se alheios ao que acontece nesse sentido. Isto é, há uma cobrança de mudanças e também de que os interesses populares sejam atendidos, mas não há a compreensão de que os indivíduos sociais são os agentes dessa mudança, pois se espera que elas sejam sempre realizadas por aqueles que governam.

Isso, em todo caso, beneficia a classe dominante, pois a ausência de uma participação efetiva por parte das classes subalternas abre espaço para que as classes dominantes determinem, de acordo com seus interesses, qual a melhor forma de agir frente à cada situação, ou qual a melhor ideologia a ser empregada. Ou seja, uma postura alheia por parte dos indivíduos que compõem as classes subalternas, frente à um determinado organismo social, neste caso a mídia, é vantajosa para aqueles que detém ou que pretendem conquistar a hegemonia.

Portanto, contra isso, é preciso compreender que o campo de disputa pela hegemonia, ao mesmo tempo em que pode manifestar a opressão de ideias revolucionárias, quando está sob a influência do grupo economicamente dominante, manifesta-se também como uma importante ferramenta para aqueles que se empenham em realizar uma mudança. Assim sendo, o consenso passivo deve ser substituído por um consenso ativo, com a participação dos indivíduos em sua construção.

Nesse sentido, é importante valorizar o papel imprescindível que o que se pode chamar de “mídias alternativas” representam ao se proporem a enfrentar o monopólio cultural existente, caracterizando-se como “pontos de resistência aos discursos hegemônicos, que abrem horizontes de enfrentamentos de pontos de vista” (MORAES, 2009). E, assim sendo, por fim, torna-se válida a leitura do seguinte trecho do texto “**Os Jornais e os Operários**”, publicado por Antonio Gramsci em 1916, como um incentivo à um levante popular contra a dominação

burguesa que acontece, dentre outras formas, no âmbito dos meios de comunicação:

“(...) a aquiescência culposa do operário em relação ao jornal burguês é sem limites. É preciso reagir contra ela e despertar o operário para a exata avaliação da realidade. É preciso dizer e repetir que a moeda atirada distraidamente para a mão do ardina é um projétil oferecido ao jornal burguês que o lançará depois, no momento oportuno, contra a massa operária.

Se os operários se persuadirem desta elementaríssima verdade, aprenderiam a boicotar a imprensa burguesa, em bloco e com a mesma disciplina com que a burguesia boicota os jornais dos operários, isto é, a imprensa socialista.

Não contribuam com o dinheiro para a imprensa burguesa que vos é adversária: eis qual deve ser o nosso grito de guerra neste momento, caracterizado pela campanha de assinaturas, feitas por todos os jornais burgueses. Boicotem, boicotem, boicotem!” **(GRAMSCI, 1916)**

Considerações Finais

De acordo com dados fornecidos por Carlos Nelson Coutinho, Gramsci tem sido o marxista mais influente no Brasil há aproximadamente três décadas e suas categorias e posicionamento crítico foram de extrema importância na resistência da esquerda brasileira num momento em que se desencadeou uma batalha contra o marxismo. Nesse contexto, seus conceitos e proposições foram amplamente revisitados e utilizados, principalmente no que se diz respeito à Hegemonia, ou seja, ao fortalecimento da Sociedade Civil.

À vista disso, considerando o atual contexto político e social brasileiro, em que se apresenta novamente uma repressão aos ideais marxistas, bem como aos ideais da esquerda de forma ampla - presentes não só nos tradicionais partidos de esquerda, mas também nas universidades e no ideário social de parte da sociedade civil - representada tanto nas atitudes cotidianas da população, tal qual em ações efetivas por parte do governo, como é o caso da reforma na educação realizada pela **Lei 13.415/2017**, que desvaloriza o ensino da Sociologia. E, considerando também o fato de que os meios de comunicação social no Brasil são oligopolizados, concentrando-se sob o domínio de “um conjunto de quatro ou cinco grandes redes que, juntas detém mais de 70% do total de emissoras no país – cerca de 72% se considerarmos Globo, SBT, Record e Bandeirantes” (**TAVASSI, 2015, p. 214**), torna-se evidente a importância da retomada de proposições e conceitos elaborados por Antonio Gramsci, abordados neste texto, visando a elaboração de uma crítica coerente que possa resultar em uma ação concreta de grupos que, por meio da disputa pela direção moral, intelectual e política (Hegemonia), colaborarem na transformação da realidade social, como forma de resistência.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Jorge. **Discutindo a relação entre a mídia e a Sociedade Civil em Gramsci**. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/jorge_almeida.pdf. Acesso em: 14/06/2019
- CARACCILO, Paola M. Gomes; PENNER Tomaz A.; FILHO, Otacílio A. 2011. Dos bordões aos memes: Uma análise sobre o papel da mídia na construção e apropriação de novas formas de linguagem, **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. 2014. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**, 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FONSECA, Francisco C.P. 2004. Mídia e democracia: falsas confluências, **Revista de Sociologia e Política**, nº 22: 13-24, jun. 2004.
- FONSECA, Francisco. 2011. s/d. **Mídia, poder e democracia: teoria e prática dos meios de comunicação**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522011000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 14/06/2019.
- GRAMSCI, Antonio. 1999. **Cadernos do cárcere, vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. 2001. **Cadernos do cárcere, vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. 2007a. **Cadernos do cárcere, vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. 2007b. **Cadernos do cárcere, vol. 4: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo**, 2. ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. 2002a. **Cadernos do cárcere, vol. 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. 2002b.. **Cadernos do cárcere, vol. 6: Literatura. Folclore. Gramática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. 1916. **Os Jornais e os Operários**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm> . Acesso em: 14/06/2019
- LIMA, Fernando da Mota. s/d. **A democracia internetica**. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1273>. Acesso em: 14/06/2019.

MARX, Karl. 1985. **O Capital - Livro 1 Tomo 2**. São Paulo, Difel.

MORAES, Dênis de. s/d. **A comunicação na batalha das ideias**, Disponível em: <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>. Acesso em: 14/06/2019.

MORAES, Dênis de. s/d. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: A Contribuição Teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

OTTOLENGHI, Franco. s/d. **Jornalismo**, Disponível em: <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=651>. Acesso em: 14/06/2019

RIBEIRO, Pedro José Floriano. 2004. Campanhas Eleitorais Em Sociedades Midiáticas: Articulando e Revisando Conceitos, **Revista de Sociologia e Política**, nº 22: 25-43, jun. 2004.

SIMIONATTO, Ivete e COSTA, Carolina Rodrigues. 2004. **Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação**, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802014000100007&lang=pt, 2013. Acesso em: 14/06/2019

TAVASSI, Ana Paula C. 2015. Regulação da mídia e Direito da Concorrência no Brasil: a Interface entre Democracia e Concorrência no Mercado Televisivo Brasileiro, **Revista de Defesa da Concorrência**, São Paulo, Vol. 3, nº 1, pp. 206-232, Maio 2015.

VIANNA, Luiz Werneck. s/d.. **A combinação explosiva do judiciário e a mídia, a poderosa energia da sociedade e o grande déficit de pensamento**. Disponível em : <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=2109>. Acesso em: 14/06/2019.